



CIRCO LIVRE EM MOVIMENTO: UMA PRÁTICA COLABORATIVA DE RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO¹

SILVA, Hermes Aleixo - FASESP²

ONO, Aline Ayumi - UMC³

SOUSA, Tiago Banhos - PJMC⁴

¹ Artigo resultado de projeto de iniciação científica da Faculdade Sesi de Educação, de ano 2025.

² Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas, Faculdade Sesi de Educação (FASESP). E-mail: hermesnhandu@gmail.com.

³ Graduanda em Psicologia, Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). E-mail: ayuonofoto@gmail.com

⁴ Formando no Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC), Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. E-mail: onomade42@outlook.com

RESUMO

Este artigo explora a proposta Circo Livre da Raul (CLR), uma iniciativa comunitária que promove encontros circenses como um lugar de educação não-formal popular em Itaquera, periferia da Zona Leste de São Paulo. Diante de um cenário urbano marcado pela desigualdade no acesso a equipamentos de cultura e lazer, que privilegia o “habitat” em detrimento do “habitar”, o CLR surge na Casa de Cultura Raul Seixas (CCRS) como um ato de ressignificação do espaço público e de fortalecimento dos vínculos comunitários. A pesquisa, fundamentada na pedagogia da autonomia de Paulo Freire e na fenomenologia do lugar de David Seamon, tem como objetivo consolidar teoricamente a organização pedagógica construída empiricamente pelo coletivo Movimento Circo Livre (MCL). A análise dos resultados preliminares, baseada na observação participante, aponta uma lugaridade emergente, fomentando a autonomia, o direito ao brincar e o exercício da cidadania. Conclui-se que o CLR se configura como uma potente prática colaborativa que, através da apropriação lúdica do espaço público, responde de forma criativa a uma tensão estrutural do território, transformando o espaço e contribuindo ao direito à cidade.

Palavras-chave: Educação não-formal; Direito à Cidade; Parentalidade Positiva; Direito ao Brincar; Cidade Educadora.

1. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade impõe desafios aos espaços de lazer e convivência nas metrópoles. O adensamento populacional, fenômeno evidenciado pelo Censo 2022 do IBGE, resulta na privação de áreas abertas e interações sociais espontâneas. Em São Paulo, essa realidade é agravada por uma distribuição marcadamente desigual de equipamentos culturais e de lazer, que se concentram em regiões centrais e nobres, enquanto as periferias permanecem desassistidas, como apontam estudos como o Mapa da Desigualdade (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2022).

Nesse cenário, a proliferação de conjuntos habitacionais, como as COHABs da Zona Leste, cria o que Pellegrin (1999) define como “periferias desurbanizadas”, onde a cidade se reduz à característica do habitat, em detrimento do habitar. É neste contexto de escassez que emergem coletivos culturais que, através da apropriação dos espaços públicos, constroem novas relações sociais e espaços de pertencimento (RAFFESTIN, 1993).

Dentre eles, insere-se o Circo Livre da Raul (CLR), iniciativa do Movimento Circo Livre que, desde 2022, promove encontros semanais abertos no Parque Raul Seixas. O projeto, nascido de uma ação do Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC), transforma a varanda da Casa de Cultura Raul Seixas em um espaço pedagógico que valoriza o lúdico, o direito ao brincar e a parentalidade positiva.

Para compreendê-lo não apenas como um evento, mas como um fenômeno que reconfigura a experiência urbana, este trabalho adota como lente analítica e metodológica o conceito de dança-do-lugar (*place-ballet*), proposto por David Seamon (2013) e concepções abordadas no artigo De Paula e Marandola Junior presente na Revista Cidades (Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023) e de Marandola Junior (Lugar e Lugaridade, 2020). Busca-se, portanto, descrever e analisar a coreografia social que transforma, semanalmente, um espaço público em um lugar de encontros, aprendizados e experiências que contribuem com o exercício por uma cidade educadora que, segundo a Carta das Cidades Educadoras “todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar [...] os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece” (AICE, 2020).

Por fim, espera-se também consolidar teoricamente a pedagogia empírica do CLR junto às leituras da Pedagogia da Autonomia de Freire (1996) e aos métodos geográfico-fenomenológicos de Seamon, a fim de compreender a relevância dessa prática e sua relevância ante os desafios contemporâneos da periferia desurbanizada paulistana dentro da perspectiva freireana. Para tanto, este trabalho está estruturado em três seções principais, além desta introdução: a primeira apresentará o referencial teórico-metodológico que ancora a análise. A segunda se dedicará à apresentação dos resultados preliminares da pesquisa, focando na caracterização da prática. Por fim, nas considerações finais, retomaremos os argumentos centrais, apontando os desdobramentos futuros da investigação.

2. DESENVOLVIMENTO E/OU REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A análise da experiência do CLR exige um olhar transdisciplinar, que articula conceitos da pedagogia, da geografia humana e dos direitos sociais.

2.1 A Pedagogia da Autonomia e a Educação Não-Formal

A prática do CLR dialoga, desde sua fundação, com o pensamento de Paulo Freire (1996). A horizontalidade das relações, a ausência de uma hierarquia rígida entre educadores e

participantes e a valorização do saber próprio da experiência comunitária são características de uma educação como prática da autonomia, uma vez que o papel dos arte-educadores do MCL, tal como para Freire é de “contribuir positivamente para que o educando vá sendo artífice de sua formação com a ajuda necessária do educador” (Freire, 1996, pg. 68), e assim tomando consciência de que cada um é mais do que um “ser no mundo, o ser se torna uma presença no mundo, com o mundo e os outros (1996, pg. 20).

Trata-se, então, não de uma formação genérica circense, com perigo de confundir-se com a educação bancária ao incorrer na transferência de conhecimentos técnicos, mas de um encontro em que é possível a criação de possibilidades que extrapolam os limites do picadeiro ou, em outras palavras, um encontro em que o “circo” não é a finalidade deste projeto, mas meio para que se possa ocupar, ressignificar e pensar o espaço público e o direito à cidade pela comunidade periférica, encontrando eco em Milton Santos:

“[...] a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (Santos, 2012, pg. 29)

Para isso é necessário pesquisa, pois, o pensar certo (Freire, 1996) implica tanto o respeito ao senso comum no processo de sua superação quanto o respeito e estímulo à capacidade criadora do educando (1996, pg. 31). Ainda que o MCL seja originário da comunidade, não cabe ao movimento impor, de forma colonizante, uma prática que viole o saber socialmente construído na prática comunitária, mas sim propor o dialógico junto ao lúdico para programar uma ação político-pedagógica, cuja finalidade já se encontra ali: a apropriação do espaço-público, transformando-o num lugar de abertura (De Paula, 2016) através da dança-do-lugar (Seamon, 2013) para promoção dos direitos cidadãos.

2.2 A Fenomenologia do Lugar: Apropriação e Ressignificação do Espaço

Para compreender a transformação do espaço físico em um lugar de significado, recorreremos à fenomenologia de David Seamon (2013) e ao conceito de lugaridade⁵ na perspectiva de Marandola Junior (2020). A chegada do CLR, da comunidade e dos materiais circenses à varanda da CCRS dá início a uma dança-do-lugar, um balé corporal e social que reconfigura os usos e as percepções daquele espaço-sujeitos, possibilitando a apropriação e pertencimento destes para a comunidade.

A chave para decodificar a transformação do território da CCRS em um lugar de pertencimento está na sua “dança” cotidiana. Conforme explorado por De Paula e Marandola Junior (2023), a dança-do-lugar é tanto o fenômeno a ser observado — a fusão de rotinas espaço-temporais que geram um quadro de estabilidade e identidade — quanto a própria prática de pesquisa. Adotar essa perspectiva implica uma atitude fenomenológica que, em diálogo com a pedagogia freireana, se alinha à concepção do pensar certo. Assim como a *epoché* (a

⁵ Em contraste com a ideia de “lugar” estático, “lugaridade” aqui expressa a ideia de um lugar como “modo de ser”. Marandola Jr., em seu artigo *Lugar e Lugaridades* (2020) propõe a radicalidade de uma topologia como geografia das emergências, a partir do lugar como modo de ser, ou seja, lugaridade. Também expressa no seguinte trecho: “[...] não apenas para os lugares como localizações ou sítios, mesmo em sentido afetivo e dos significados, mas ele traz o sentido da lugaridade e da ausência de lugaridade expressa pelo conceito de placelessness como fundamentais na constituição do lugar. Esta adverbialidade dota a constituição do lugar de uma dinâmica existencial articulada com outras escalas de constituição de espacialidades. (Marandola, 2020, pg. 9, apud Relph, 1976)

suspensão da atitude natural), o pensar certo exige um distanciamento crítico do pensar ingênuo, questionando as estruturas que produzem a realidade. Ambas as abordagens, portanto, partem de um movimento de curiosidade epistemológica para compreender o fenômeno da complexidade das interações, aos movimentos dos corpos, às pausas e aos encontros que coreografam o espaço. Analisar o CLR, portanto, é analisar o seu balé, isto é, as interações coletivas que nele ocorrem e seus desdobramentos na percepção de seus agentes. Dentre as diversas interações e possibilidades de lugaridades que emergem no território do parque, tem-se aqui o CLR como fenômeno a ser estudado.

3. RESULTADOS PRELIMINARES: A COREOGRAFIA DO CIRCO LIVRE DA RAUL

Como esta pesquisa se encontra em sua fase inicial, os resultados aqui apresentados têm caráter preliminar e se concentram na descrição da prática observada e em suas primeiras análises.

Os resultados aqui apresentados partem da observação participante, compreendida com a imersão do pesquisador na dança que ele mesmo ajuda a construir. A descrição a seguir, dada a vênua, busca ir de encontro à uma geografia das emergências, buscando conter os atos que compõem o balé semanal do CLR e seu “modo de ser-no-mundo”, uma vez que o lugar do CLR não é necessariamente um “ponto no espaço” — num sentido cartesiano —, mas um lugar que emerge a partir da construção do habitar o território, possibilitando convivência, brincar, participação, descoberta e conhecimento⁶.

3.1 O Ato Inaugural: A Irrupção da Lugaridade

A dança-do-lugar do CLR não começa com um chamado, mas num gesto simples: estendendo uma lona azul-celeste sobre os ladrilhos de cimento vermelho-vinho da varanda da Casa de Cultura Raul Seixas. Este ato, aparentemente simples, é o movimento inaugural que suspende a territorialidade formal do espaço público e inaugura uma lugaridade chamada Circo Livre da Raul. A abertura do baú de materiais (imagem 1) funciona como a “deixa” para que os demais “dançarinos” — crianças, pais, jovens e demais pessoas — entrem em cena, cada um iniciando seu improviso, uma experimentação, desafiando-se.

⁶ Aqui faz-se referência aos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos, na BNCC, visam garantir que as crianças aprendam e se desenvolvam de forma integral, interagindo com outras crianças e com o ambiente ao seu redor.

Imagem 1



O CLR é brincar junto, é aprender e ensinar em fruição. Assim o é quando uma criança (sujeito) se torna “educadora” ao convidar um adulto (outro sujeito) à rodar um bambolê (objeto). Nesse gesto, de profunda boniteza (como diria Freire), as categorias de sujeito e objeto se dissolvem na ação do brincar, e o CLR, ao invés de uma substantivação de “lugar”, torna-se adverbializado, lugaridade.

3.2 A Queda Como Tensionamento: A Emergência da Autonomia

Num encontro de novembro, uma das crianças — de 8 anos — caiu da perna-de-pau, chorando por se machucar e, algum tempo depois, retornou a andar de perna-de-pau, com ainda mais vigor e persistência. O curioso é que ela, ao chegar ao CLR, retraída e insegura, desistia a cada vez que iniciava uma prática: “eu não consigo rodar o prato”, “eu não sei jogar malabares”, “não dá, é difícil”, vacilante ao modo de ser daquela dança que, em razão das dezenas de crianças, não pude dedicar uma atenção integral à ela.

A criança, no entanto, permaneceu na roda, participou junto de outras, experimentou diversos materiais até que, em dado momento, encontrou na perna-de-pau um desafio em que se fixou até a sua queda. A comunidade e eu a acolhemos, conferimos se havia se machucado enquanto seu pai a recebia ao colo, dizendo: “faz parte da vida cair filha” e incentivando para que ela retornasse. O choro foi breve e retornou ao equilíbrio.

O tensionamento, como a queda, é fundamental. A lugaridade aqui não evita o fracasso, mas acolhe a multiplicidade do jogo — que compreende acertos e erros — o fracasso, a tensão e queda fazem parte da emergência desse lugar. Sem isso o acerto do jogo não possui seu valor.

Ao final, a criança estava tão imersa e ativa junto a perna-de-pau, que seus pais precisaram ser imperativos para que ela fosse embora junto com eles, ainda que também participassem do jogo, em contradição. O embate da lógica dela, do modo de ser imersivo e focado no habitar era oposto à lógica do habitat da produtividade trazido pelos pais, que não gostariam de comprometer seu cronograma. A lugaridade aqui é tão potente que entra em tensão

com a lógica externa do território, focado majoritariamente no habitat.

De uma criança vacilante e medrosa, transformada, num grande salto, despertou uma coragem, uma pulsão emergente de vida e movimento. Ao fim, me abraçou e partiu, com outro andar, plena de altivez. O habitar nessa lugaridade, e suas experiências, é o que permitiu essa irrupção de autonomia.

3.3 O Cuidado Compartilhado: A Emergência do Co-pertencer

Em outro momento, uma das crianças — de 3 anos — levou ao baú de materiais um balde de areia, despejando dentro, durante o encontro. Algumas crianças sentem um verdadeiro êxtase sinestésico junto à textura da areia e, no caso dessa, ela fez questão de trazer da caixa-de-areia em um baldinho colorido, como se quisesse ver a composição junto às bolinhas de malabares. Não interrompi essa ação, observei a cena de longe que, passados cinco minutos, surgiram os irmãos para “limparem” a ação da criança que, em seguida, fixou-se numa bola de contato de vinil.

Ao final do encontro, porém, ao limpar o baú e cada um dos materiais — a fim de devolver a areia para seu lugar de origem, uma outra criança — 4 anos — me vendo retirar a areia, veio até mim e passou a pegar as bolinhas e repetir meu gesto. Seu ato de limpar não era uma ajuda, puramente, mas a emergência de um co-pertencer. Ela integrou como parte da organização, sem que dissesse uma única palavra, dissolvendo qualquer hierarquia, pois estávamos juntos limpando os materiais. A boniteza das crianças é essa generosidade com que ensinam sem ensinar, e eu aprendo a medida que as ensino nessa lugaridade da CLR, pois os papéis de educador e educando são fluídos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, esta pesquisa, ao analisar a dança-do-lugar do CLR, investiga como uma intervenção coletiva afirma direitos em um território onde a tensão entre o habitat e o habitar é estrutural. A análise fenomenológica da sua ‘dança’ revelou que essa lugaridade não é um dado, mas um acontecimento que emerge da tensão (como a queda acolhida), do co-pertencimento (na dissolução de hierarquias) e do seu embate com a lógica do habitat. A investigação deste fenômeno revela não apenas uma atividade de lazer, mas uma complexa tecnologia social, que produz uma lugaridade, com possibilidade de se discutir e pensar os sentidos de comunidade e cidadania, à medida que o espaço público é apropriado, mesmo sob uma aparente banalidade lúdica, para que se manifeste uma coreografia que possibilite a vivacidade deste espaço.

Portanto, mais do que um estudo sobre uma experiência, esta investigação é a própria etapa da reflexão sobre a ação, buscando consolidar teoricamente essa prática que ocorre desde 2022 e, assim, completar o ciclo freiriano de ação-reflexão-ação.

5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE). **Carta das Cidades Educadoras**. Barcelona: AICE, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. **Lugar e Lugaridades**. Mercator, Fortaleza, v. 19, e19008, 2020.

PAULA, Luiz Tiago de; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo José. **A dança-do-lugar como prática para uma fenomenologia dos espaços públicos urbanos**. Cidades, v. 15, n. 25, pg. 100-122, 2023.

PAULA, Luiz Tiago de. **Fenomenologia dos Espaços Públicos: entre as certezas e inseguranças da experiência urbana**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Campinas, São Paulo: [s.n.], 2016.

PELLEGRIN, Ana de. Os contrastes do ambiente urbano: espaço vazio e espaço de lazer. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REDE Nossa São Paulo. **Mapa da Desigualdade 2022**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: EDUSP, 2012.

SEAMON, D. **Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e dança-do-lugar**. Geograficidade, v.3, n.2, 2013.